http://dx.doi.org/10.21707/gs.v10.n01a16

Etnodesenvolvimento local: uma estratégia para a sustentabilidade das comunidades de terreiros de candomblé[1]

Sueli Santos Conceição[2] & Salvador Dal Pozzo Tevizan[3]

[1] *O artigo faz parte de uma tese em andamento no Programa de Pós-Graduação Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA, da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, intitulado "Interpretação Cartográfica dos desafios, limites e conflitos dos terreiros de Candomblé no Estado da Bahia".*

[2] *Doutoranda no Programa de Desenvolvimento Meio Ambiente na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Msc. em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: sueli.concecao@gmail.com*

[3] *Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: salvador@uesc.br*

Recebido em 02 de agosto de 2015. Aceito em 14 de março de 2016. Publicado em 30 de junho de 2016.

Resumo – O texto apresenta uma reflexão sobre a viabilidade do etnodesenvolvimento local para as comunidades de terreiros de candomblé, a partir da manutenção das suas tradições, pautadas na fitolatria (culto e adoração às plantas), como base de sua existência material e simbólica. O comportamento comunitário e uma linguagem próprios, regime interno bem definido, gastronomia peculiar, bem como símbolos, podem ser considerados sinais diacríticos que diferenciam as comunidades de terreiros de candomblé, assim como configuram-nas como populações tradicionais. O objetivo principal do trabalho é identificar as potencialidades das comunidades de terreiros em relação à sustentabilidade dos mesmos, a partir de suas práticas relativas ao uso dos componentes da natureza, em particular a flora. Com o propósito de avaliar a sustentabilidade das comunidades tradicionais de terreiros de candomblé – com base na sua identidade étnica – e nos direitos culturais para salvaguarda do seu patrimônio material e imaterial, vislumbra-se seu potencial produtivo para o etnodesenvolvimento local. A revisão bibliográfica e observação participante da pesquisa-ação são os métodos utilizados para subsidiar a contribuição ora apresentada. Com foco na diversidade étnica que formou as comunidades de terreiros de candomblé e na avaliação da execução de políticas públicas direcionadas à salvaguarda do patrimônio material /imaterial e à geração de emprego e renda para as comunidades de terreiros, permitindo construir perspectivas para o desenvolvimento local.

Palavras-Chave: *Candomblé; Etnodesenvolvimento; Etnicidade; Identidade, Território*

Local etnodeveloppment: a strategy for sustainability of terreiros communities de Candomble

Abstract – This paper presents a discussion regarding viability of local ethno-development at Candomblé-house communities, focusing preservation of their traditions, specifically the worship and adoration of plants. There are some diacritical marks that also characterize them as traditional populations, such as the existence of a noteworthy community behavior, peculiar language traces, singular gastronomy, specific symbols and well-established rules. The aim of this project is to identify the potential that Candomblé-house communities have towards sustainability practices based on the use of natural components, such as vegetation. The process of assessing the sustainable capability of traditional Candomblé-house communities, grounded on its ethnical identity and cultural rights, reveals their potentiality to develop local ethno-development initiatives. The analysis is based on bibliographical sources and observation research practices, looking at the ethnical diversity in which Candomblé-house communities originated from, as well as their local development. This examination helps to understand public policies established to protect Candomblé-house communities' material and intangible patrimony, and projects designed to generate jobs and revenue to support those communities.

Key Words: *Candomblé; Ethno-development; Ethnicity; Identity, Territory*

Etno-desarrollo local: una estrategia para la sostenibilidad de las comunidades de terreiros de candomblé

Resumen – Este artículo presenta una reflexión sobre la viabilidad de etno-desarrollo local para las comunidades de terreiros de candomblé, desde el mantenimiento de sus tradiciones, basan en fitolatria (culto y adoración a las plantas), el fundamento de su existencia y material simbólico. El comportamiento de la comunidad y un lenguaje propio, esquema interno bien definido, peculiar gastronomía así como símbolos, pueden considerarse signos diacríticos que distinguen las comunidades de terreiros de candomblé, como configuración como poblaciones tradicionales. El objetivo principal del trabajo es identificar el potencial de las comunidades de terrazas en relación con la sostenibilidad de sus prácticas relativas a la utilización de los componentes de la naturaleza, en particular la flora. Con el propósito de evaluar la sostenibilidad de las comunidades tradicionales de terreiros de candomblé – sobre la base de su identidad étnica – y los derechos culturales para salvaguardar su patrimonio tangible e intangible, puede su potencial productivo para el etno-desarrollo local. La revisión de la literatura y la observación participante de la investigación acción son métodos utilizados para subvencionar la contribución presentada ahora. Con un enfoque sobre la diversidad étnica que formaban las comunidades de terreiros de candomblé y evaluación de la implementación de políticas públicas orientadas a la salvaguardia del patrimonio material/imaterial y la generación de empleo e ingresos para las comunidades de terrazas, lo que permite construir las perspectivas de desarrollo local.

Palabras Clave: *Candomblé, Etnodesenvolvimento, Etnicidade, Identidade, Território*

Introdução

O trabalho ora apresentado promove uma reflexão sobre a viabilidade do etnodesenvolvimento local para as comunidades de terreiros de candomblé, a partir da manutenção das suas tradições, pautadas na fitolatria (culto e adoração às plantas), como base de sua existência material e simbólica.

A religião do Candomblé apresenta comportamento comunitário funcionando como comunidade, com dinâmica própria – linguagem, alimentação, símbolos, sinais diacríticos que as diferenciam – o que lhes confere a categoria de comunidades tradicionais, em busca da sua sustentabilidade. Segundo Diegues (2013), "a construção de comunidades e sociedade sustentável deve partir da reafirmação de seus elementos culturais e históricos (...) do respeito à natureza". A existência dos terreiros de Candomblé é forjada a partir da reafirmação dos elementos, históricos, culturais e identitários, referendado pelos grupos étnicos africanos que contribuíram com a sua criação. Considerando estas características, segundo a acepção de Diegues (2013), os terreiros de Candomblé são comunidades que podem ser sustentáveis. É com base neste conceito de comunidade sustentável que o presente trabalho é balizado, embora existam terreiros de candomblé que não apresentam estrutura de comunidade, mas sim a representação de um espaço religioso onde os filiados encontram-se eventualmente para professar a sua fé.

A maior parte da literatura sobre a religião do candomblé ou comunidades tradicionais do candomblé foi produzida por antropólogos e etnólogos clássicos como Fatumbi (1995) em *Ewe: o uso das plantas na sociedade iorubá*; Bastide (2001) em *O Candomblé da Bahia* ; Lima (1977) em *A família de santo nos candomblés Jeje-Nagôs da Bahia*; e Rodrigues (2008) em *Os africanos no Brasil*. Na perspectiva etnográfica, contribuíram para a divulgação da religião do candomblé, identificando o uso sagrado das plantas. Contudo, em se tratando da sustentabilidade dos componentes naturais, sociais, culturais e econômicos do candomblé, poucas obras foram produzidas.

No âmbito das comunidades de terreiros de candomblé existe uma grande preocupação com o futuro da religião, tendo em vista que todo o mundo está sofrendo com a destruição dos ambientes naturais, promovida pelo atual modelo capitalista insustentável, o que anda na contramão, das necessidades litúrgicas das religiões de matriz africana.

A base religiosa das comunidades de terreiros de candomblé é pautada na fitolatria – culto e adoração às plantas – herança deixada pelos ancestrais africanos. A perspectiva de preservação vai além do ecológico, por ser igualmente essencial à preservação da própria religião: para a tradição das religiões de matriz africana a árvore representa um deus vivo e presente. Na obra de Santos (2014), são apresentadas monografias sobre folhas e árvores relevantes para as religiões de matriz africana, respeitando o sagrado, com base na filosofia iorubá. A relevância da flora para os rituais do Candomblé pode ser evidenciada, inclusive, na obra de Rodrigues (2008, p. 207) – ao se afirmar que "(…) o culto fetichista das plantas, das grandes árvores sobretudo, é muito extenso entre os nossos negros e mestiços."

Fazer uma abordagem sobre sustentabilidade em terreiros de Candomblé é uma proposta ousada, embora não seja tarefa fácil, principalmente quando se trata de religiões que têm seus fundamentos pautados na utilização dos recursos naturais, considerando que são travados vários debates acadêmicos, sobre a possibilidade de coexistência da sustentabilidade do meio ambiente com o crescimento econômico. Enquanto a primeira reserva-se a otimizar os processos produtivos e manter os recursos naturais a partir de manejos responsáveis, o outro é impulsionado pelo consumo demasiado. Porém, faz-se necessário examinar como as comunidades e povos tradicionais se inserem neste cenário.

Como o presente estudo faz parte de uma pesquisa qualitativa, foi utilizada a técnica de observação participante, por possibilitar uma integração entre o pesquisador e os atores envolvidos na pesquisa, que possibilita a captação dos significados e a compreensão das experiências da comunidade. Para realizar o presente estudo foram utilizados, como instrumentos de pesquisa, o roteiro de observação, o diário de campo e o roteiro de entrevista semiestruturada. Tais procedimentos foram aplicados aos participantes do projeto com objetivo de extrair informações que pudessem subsidiar as análises. A partir das formações, o grupo foi sensibilizado a tal ponto de mudar e propor mudanças de comportamento no que tange o cuidado com o meio natural em prol da sua cultura.

Houve uma época na história da formação da religião do Candomblé, em que não havia a preocupação com o desaparecimento de plantas, poluição dos rios e mares, muito menos com a ausência dos espaços naturais para realização dos rituais sagrados e das oferendas, mas, com o acelerado crescimento populacional e as consequentes transformações antrópicas, o cenário mudou.

Hoje, as comunidades de terreiros de candomblé preocupam-se em como manter suas práticas religiosas, nesse novo cenário em que os componentes naturais não são mais abundantes e apresentam um quadro limitado, no qual se buscam alternativas estratégicas para garantir a longevidade do Candomblé. Com o rápido esgotamento dos componentes naturais, impulsionado pelo processo de urbanização e industrialização, faz-se necessário escolher uma melhor alternativa para não sucumbir (Sachs, 1993).

Na dimensão ambiental ou ecológica, está a preservação do meio ambiente natural a partir da utilização de tecnologias limpas que agridam menos. A dimensão social é pautada na melhoria da qualidade de vida, no bem-estar humano e promoção de cidadania. A dimensão cultural está direcionada à preservação das raízes culturais, a partir da manutenção da identidade cultural dos povos. A dimensão econômica está direcionada à responsabilidade social corporativa, com foco na geração de emprego e renda, que pode e deve ser impulsionada por um planejamento governamental, objetivando a redução dos custos sociais e ambientais (Sachs, 1993).

Portanto, tratar de sustentabilidade em comunidades de terreiros de candomblé exige uma visão interdisciplinar, em função da complexidade envolvida, da necessidade da conservação dos espaços de mata, o que ajudará na valorização dos conhecimentos tradicionais e no fortalecimento do capital social dessas comunidades, em prol do seu desenvolvimento sustentável. O relatório de Brundtland (1987), a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED, 1992), Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento e a Agenda 21 reconheceram e identificaram que os conhecimentos indígenas são recursos para se alcançar o desenvolvimento sustentável, conforme aponta Alexiades (2009). Ao considerar o conhecimento indígena como um conhecimento tradicional, é possível concordar com autor no âmbito do desenvolvimento local de comunidade de terreiro a partir dos seus saberes tradicionais.

Esta visão representa uma possível condição de sustentabilidade, considerando as múltiplas dimensões que envolvem o meio ambiente, para as comunidades de terreiros, tendo em vista que esses grupos apresentam sempre algum tipo de potencial produtivo com base na agricultura, culinária, artes (canto, dança, vestuários e artesanato), na dinâmica de manutenção das comunidades, no processo de desenvolvimento local, respeitando a sua identidade.

Castilho, Arenhardt e Le Bourlegat (2009) postulam que o desenvolvimento local é um "processo dinamizador da sociedade para melhorar a qualidade de vida da sua comunidade, contribuindo com a emergência de novas formas de produzir e compartilhar." Segundo os autores, com o desenvolvimento local, é possível promover a valorização do capital social. No entender de Fukuyama (2000), o capital social consiste numa norma informal que promove a cooperação entre dois ou mais indivíduos, com reciprocidade, confiança, experiência histórica compartilhada e tradição. Consequentemente, promove o fortalecimento da comunidade, a partir do protagonismo dos atores sociais com base na sua cultura e identidade. Para esse autor, "o capital social não pode ser tão facilmente criado ou moldado por políticas públicas", mas as políticas públicas podem servir como instrumentos para o fomento da criação e fortalecimento do capital social, balizado na valorização da cultura, para criar alternativas econômicas focadas na etnia envolvida.

Ainda nesse sentido, Little (2002), promove uma reflexão sobre o conceito de etnodesenvolvimento local a partir de dois contextos: a proposta universalista do desenvolvimento econômico, que defende a adesão de todos os países ao processo de industrialização econômica, já que representava uma forma de produção superior em relação às formas tradicionais de produção; e o crescente reconhecimento da diversidade cultural, que no Brasil ocorre na década de 1980, a partir dos movimentos populares, que culminou com o direito à diferença, estabelecido na Constituição Federal de 1988, quando se começa a falar publicamente em multiculturalismo e Estado pluriétnico.

Assim, o termo etnodesenvolvimento é entendido a partir da complementariedade de duas abordagens, a do desenvolvimento econômico de um grupo, somada à do desenvolvimento da etnicidade de um grupo social, o que promove um movimento no sentido contrário do modelo atual de desenvolvimento, pautado na industrialização, e suas ações provisionam novas alternativas econômicas a partir do reconhecimento cultural. Tanto o desenvolvimento local, quanto o etnodesenvolvimento local, estão postulados na base da cultura local identitária, porém, o primeiro pode ser formado por diversos grupos que tenham uma identidade local, ao passo que o segundo ocorre a partir do auto-reconhecimento étnico identitário.

A descrição supracitada é compatível com o que está acontecendo no âmbito de 12 comunidades de terreiros de Candomblé na Região Metropolitana de Salvador - RMS, objeto do presente trabalho, nas quais os atores sociais, a partir da sua identidade cultural e pertencimento, são protagonistas da mudança da dinâmica interna nas comunidades e da valorização do capital social. Embora localizados na RMS, os terreiros envolvidos na pesquisa situam-se em áreas com extensão e promoção da agricultura familiar, para cultivos de plantas e criação de animais de pequeno porte. Portanto, o estudo ora apresentado adota o conceito de etnodesenvolvimento local, a partir da combinação entre o reconhecimento da diversidade cultural e alternativas econômicas, ou seja, tendo como foco o grupo étnico[1] e suas necessidades econômicas e políticas (Little, 2002).

Os terreiros de Candomblé e a busca da sustentabilidade: o apoio das políticas públicas

O candomblé é uma religião que tem seus fundamentos pautados na relação comunidade - natureza. A relação estabelecida entre as comunidades de terreiro de candomblé com o meio ambiente vai além do processo extrativista. Existe uma relação mais profunda pautada do sagrado, que pode ser também entendida como topofilia – laços afetivos do homem com o meio ambiente, segundo Tuan (1974).

Esta acepção converge com a cosmovisão da religião do candomblé, pois considera a natureza, lugar onde ocorrem fatos vitais para a manutenção das comunidades de terreiros de Candomblé, representando assim, um símbolo fundamental para o grupo. Embora, existam terreiros de candomblé localizados em áreas urbanas, que não apresentam em seu ambiente interno e/ou externo, elementos naturais para a realização das suas práticas religiosas, sendo obrigados a buscar nos centros de abastecimento insumos extraídos do meio ambiente natural para realização dos seus ritos sagrados.

A partir da problemática apresentada foram identificadas em outro trabalho (Conceição, 2008) três cadeias produtivas para aquisição das plantas: a Cadeia Tradicional, caracterizada pela sequência mato/ *Babalossayn*[2]/templo sagrado/mato; a Cadeia das Feiras, caracterizada por mato/mateiro/comerciante/usuários/templo sagrados/mato; e a Cadeia Virtual, que é composta pelo mato/mateiro/comerciante/ internet/telefone/*motoboy* ou correiro/usuário/sacerdote/mato. O resultado da análise aponta para a manutenção do uso das plantas ritualísticas, porém com mudanças significativas no seu ciclo produtivo, considerando a inserção de atores sociais e instrumentos que facilitam a aquisição dos elementos naturais, em que as trocas à natureza do candomblé dão lugar à comercialização.

Houve também a colaboração dos filiados de seis terreiros do município de Salvador, que foram analisados mediante as suas características físicas, e se eram atendidos pela Política de Tombamento, instituída no Brasil pelo Decreto Nº. 25, de 30 de Novembro de 1937, realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, o que possibilitou a seguinte categorização:

1. Terreiros protegidos que apresentam uma densa área verde em área de concentração urbana (**PAP)**, representados pelos Terreiro Manso Cocuazenza Dandalungua – nação Angola –, e o Terreiro Bate Folhas – nação Angola;
2. Terreiros protegidos que apresentam áreas degradadas, porém mantém com muito sacrifício o espaço sagrado (**PAD),** representado pelo Terreiro Oxumaré – nação Ketu –, e o Terreiro Mocambo – nação Angola;
3. Terreiro não protegido, com presença de área verde, que mantém seu espaço com constante tensão (**NAD)**, representado pelo Terreiro Vodun Zo, da nação Jeje;
4. Terreiros não protegidos sem presença de área verde (**N)**, a exemplo do Terreiro Manso Cocuazenza Dandalunda Neto – nação Angola. Como pode ser observado no quadro 1.

Quadro 1. Categorização dos terreiros quanto ao Tombamento

Categoria de Terreiros	TTM	TBF	TVZ	TMDC	TO	TD
Protegidos com áreas verdes preservadas –PAP						
Protegidos com áreas verdes degradadas –PAD						
Não protegido com áreas verdes degradadas – NAD						
Não protegido sem áreas verdes – N						

Fonte: Elaboração própria

TM - Terreiro Mokambo	TMDC -Terreiro Manso Dandalunda Concuazenza
TBF - Terreiro Bate Folhas	TO -Terreiro Oxumaré
TVZ -Terreiro Vodum Zo	TD - Terreiro Dandalunda

No ano de 2012, realizei uma consultoria, através da extinta Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza do estado da Bahia - SEDES, com apoio do Programa das Nações Unidas - PNUD, para realizar o mapeamento do potencial produtivo das religiões de matriz africana. Ao todo, foram mapeados 100 terreiros de candomblé, 50 no Território de Identidade do Recôncavo e 50 no Território de Identidade da Região Metropolitana de Salvador, a

1 No texto Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global, o autor promove um debate reflexivo tomando como foco, o grupo étnico local. Mas, o presente estudo apresenta dois grupos étnicos (Ketu e Bantu), com uma grande diversidade cultural. Embora exista esta diversidade, utilizaremos o conceito etnodesenvolvimento adotado pelo autor, considerando a autodeterminação e as necessidades econômicas e políticas dos terreiros e Candomblé..

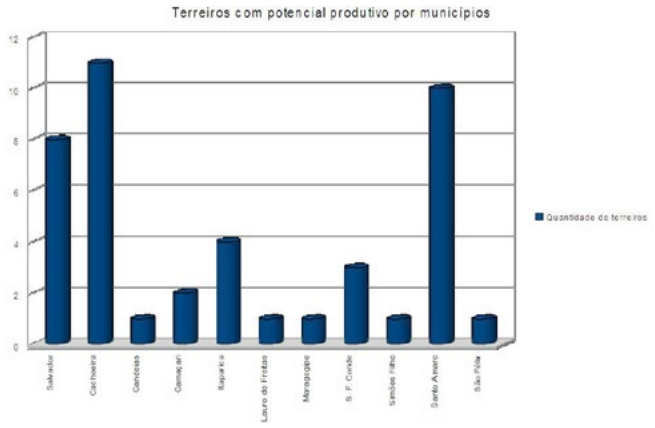
2Sacerdote da cultura *Yorubá* responsável pelo conhecimento, coleta e manipulação das plantas

consultoria elaborou os seguintes produtos: Produto 1 - Estudo do cultivo, produção, fabricação de produtos derivados e comercialização de plantas sagradas e medicinais dos Terreiros de Religião de Matriz Africana na Região Metropolitana de Salvador e no Recôncavo da Bahia; Produto 2 - Metodologia para projetos e programas de fomento das potencialidades da cultura das plantas sagradas e ervas medicinais dos Terreiros de Religião de Matriz Africana em ambiente urbano em dois Territórios de Identidade Região Metropolitana de Salvador e no Recôncavo da Bahia; Produto 3 - Metodologia para a capacitação e gestão de empreendimentos "Verdes" sócio produtivos dos Terreiros de religião de matrizes africana em ambiente urbano em dois Territórios de Identidade Região Metropolitana de Salvador e no Recôncavo da Bahia; Produto 4 - Estudo diagnóstico etnobotânico dos Terreiros de Religião de Matrizes Africana em ambiente urbano em dois Territórios de Identidade Região Metropolitana de Salvador e no Recôncavo da Bahia; Produto 5 - Proposta do Plano Executivo da Produção e Comercialização de Plantas Sagradas e Medicinais nos 100 Terreiros de Religiões de Matrizes Africanas no ambiente urbano com: identificação de terreiros com potencial para participar de projetos; aspectos técnicos dos produtos e pontos de comercialização; definição de infraestrutura e logística necessárias para verticalização em redes; elaboração de indicadores socioculturais; monitoramento e avaliação; e Produto 6 - Relatório de Monitoramento e Avaliação das ações desenvolvidas na Consultoria BRA/07/015 – Programa Desenvolvimento Social Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais da Bahia. Esse estudo seria utilizado para balizar as políticas públicas de combate à pobreza com geração de emprego e renda subsidiado pelo Programa Vida Melhor.

Foi possível através da consultoria realizar o mapeamento das condições social, econômica e ambiental, a partir da oralidade dos colaboradores – representantes dos terreiros visitados e aplicação de formulários. Surgiu uma relação de 207 espécies de plantas medicinais e/ou litúrgicas que ocorrem nas dependências dos terreiros mapeados. Porém, considerando o principal objetivo da consultoria que foi a promoção da inclusão sócio produtiva das religiões de matriz africana, chegou-se a conclusão que podem ser realizados cultivos de plantas medicinais/litúrgicas, de flores tropicais e plantas ornamentais para criação e fomento da rede produtiva.

Conforme pode ser observado no Figura 1, os municípios que apresentam templos com densidade de áreas verdes capazes de serem fortes produtores de plantas relevantes para as religiões de matriz africana.

Figura 1. Terreiros com potencial produtivo por município



Fonte: Conceição, 2008

A partir das duas atividades supracitadas, surgiu a ideia de elaborar projetos que promovessem o reflorestamento de terreiros que apresentassem áreas ociosas apropriadas para cultivos, assim como a geração de emprego e renda. Foi então que, no ano de 2013, a Secretaria de Trabalho Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia – SETRE, elaborou e lançou o primeiro Edital de Chamada Pública Nº 001/2014 – Apoio a Empreendimentos Econômicos Solidários e a Redes de Economia Solidária, no âmbito dos Espaços Socioculturais de Matriz Africana. Esta ação inédita do Governo Estadual da Bahia visou fomentar o potencial produtivo das religiões de matriz africana no âmbito da agricultura familiar urbana e periurbana, do artesanato, da culinária e das artes, na tentativa de promover o reconhecimento e a reparação das condições e vulnerabilidade em que sempre esteve esse segmento social.

No referido edital, 50 entidades foram contempladas, atendendo à necessidade de aproximadamente 700 terreiros de candomblé no Estado da Bahia, e tendo como exigência que as propostas submetidas tivessem como plano balizador a economia solidária e ações de desenvolvimento em formato de rede, para geração de renda.

Assim, surgiu o Projeto de Rede de Hortos de Plantas Medicinais e Litúrgicas – RHOL, que tem como objetivo principal o cultivo e beneficiamento de plantas medicinais e litúrgicas para geração de renda das comunidades de terreiros de candomblé.

As iniciativas governamentais executadas e citadas anteriormente, promoveram a identificação do potencial produtivo, possíveis de fortalecimento para o etnodesenvolvimento local e da autogestão dos terreiros de candomblé, tendo como consequência a valorização do capital social. No caso dos terreiros de Candomblé, as normas foram elaboradas a partir dos fundamentos religiosos, que fomentam a cooperação na comunidade, honestidade, compromisso e a reciprocidade de direitos, apresentando desta forma condições para o fortalecimento e desenvolvimento do capital social.

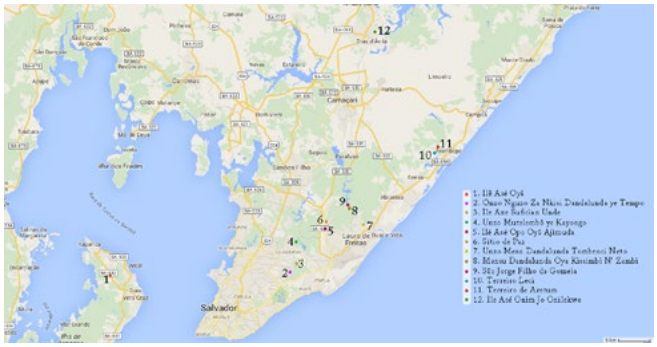
O projeto RHOL e o Terreiro *Mansu Dandalunda Oyá Kissimbi N' Zambi*

O Projeto Rede de Horto de Plantas Medicinais e Litúrgicas - RHOL, é composto por 12 terreiros de candomblé, na Região Metropolitana de Salvador. São dois, no município de Camaçari – Terreiro *Lessi* e Terreiro *Aretun*, da nação Angola –, hum, no município de Dias D´Avila – Terreiro *Ilê Axê Onin Jo Oninlekwe*, da nação Keto –, hum, no município de Itaparica – Terreiro de *Oyá* –, cinco, no município de Lauro de Freitas – I*lé Axé Oyá Agimuda,* da nação Keto; Terreiro *Mansu Dandalunda Oyá Kissimbi N'Zambi*, da nação Angola; Terreiro São Jorge Filho da Gomeia, da nação Angola; Terreiro *Unzó Mean Dandalunda Tombenci* Neto, da nação Angola; Terreiro Sitio de Paz, da nação Keto – e três, no município de Salvador – Terreiro *Mocambo*, da nação Angola; Terreiro *Unzo Mutalombô Ye Kaiongo*, da nação Angola; Terreiro *Ilê Axé Sufucian Unde*, da nação Keto. Do total, oito têm características de comunidades e quatro são espaços religiosos onde ocorrem encontros eventuais para a profissão da fé, conforme ilustrado no Figura 1.

Como o presente trabalho não daria conta de descrever e tratar de todos os terreiros envolvidos, faremos as reflexões tomando como referência o Terreiro *Mansu Dandalunda Oyá Kissimbi N' Zambi*, da nação Angola – termo utilizado para identificar terreiros que foram fundados a partir da influência do povo Bantu do continente africano -, localizado no bairro do Jambeiro, no município de Lauro de Freitas, na área de abrangência da APA do rio Joanes-Ipitanga. O terreiro

foi fundado no ano de 1989, no bairro da Liberdade, município de Salvador, mas a necessidade de ter espaço natural para a realização dos rituais sagrados fez a sacerdotisa da época, já falecida, comprar o terreno do local atual, no bairro do Jambeiro, em Lauro de Freitas. Mudou-se no ano de 1996, três anos antes da criação da APA, pelo Decreto Estadual Nº 7.596 de 5 de Julho de 1999.

Figura 1 - Localização da abrangência do Projeto RHOL na RMS



Fonte: adaptado a partir de imagem do Google Maps

A descrição apresentada no presente trabalho sobre essa APA foi extraída do Relatório final de Diagnóstico Ambiental da APA , realizado pelo, já extinto, Centro de Recursos Ambientais, que atualmente responde como Instituto do Meio Ambiente - IMA, no Estado da Bahia, que executou a Política Estadual do Meio Ambiente, garantindo o equilíbrio entre a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento, para a sustentabilidade socioambiental, publicado no ano de 2001.

Segundo o Relatório (Bahia, 2001), a APA Joanes-Ipitanga os municípios de Camaçari, Candeias, Dias D' Avila, Lauro de Freitas, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Salvador e Simões Filho, perfazendo uma área total de 64.463 hectares e é responsável por cerca de 40% do abastecimento de água da Região Metropolitana de Salvador. Ocorre em três grandes unidades Unidade I: Unidade Joanes (envolve as bacias hidrográficas dos reservatórios Joanes I e Joanes II, até a confluência com o Rio Ipitanga, sendo dividida em seis subunidades: Cinco Rios, Joanes II, Lamarão, Joanes I, Remanescentes de Mata Atlântica e Parafuso); Unidade II: Unidade Ipitanga (envolve as bacias hidrográficas dos reservatórios Ipitanga I, II e III, até a confluência com o Rio Joanes. Foi dividida em duas subunidades: Reservatórios do Ipitanga e Áreas Antropizadas); Unidade III: Unidade Planície Litorânea (compreende pequenas bacias remanescentes, e a faixa costeira entre a margem direita do Rio Joanes até a Millenium. Os estudos apontaram para cinco subunidades homogêneas: Estrada do Côco, Manguezal, Dunas, Lagoas, Praias.), a partir da análise dos principais componentes ambientais como: intervenção antrópicas (mananciais de abastecimento de água, vizinhança com áreas urbanizadas, ocupações litorâneas, etc.), formação geológica/geomorfológicas, uso do solo, remanescentes florestais e o potencial hidrogeológicos.

A área especifica da localização do Terreiro *Manso Dandalunda Oyá Kissimbi N' Zambi*, com coordenadas geográficas 12º 50' 22" S e 38º 19' 26"W (UTM X 573378 e Y 8580511), apresenta solo com a característica argiloso-arenoso, com 11.000m² de área total (sendo 10% de área construída), por onde passa o Rio Joanes, com mata ciliar e mata ombrófila densa. Veja sua localização na figura 2.

Para o presente trabalho, foram utilizadas como ferramentas metodológicas a revisão de bibliografia, a observação *in loco* e conversas informais. É importante salientar que este trabalho faz parte de uma tese que se encontra em desenvolvimento, portanto algumas informações aqui apresentadas são ainda inconclusas, e outras ainda não analisadas como por exemplo se existem algum tipo de conflito entre o terreiro *Manso Dandalunda Oyá Kissimbi N' Zambi* e a APA, porém, relevantes para sinalizar o andamento do processo que a comunidade está envolvida rumo ao desenvolvimento local sustentável.

Figura 2. Localização do terreiro Manso Dandalunda Oyá Kissimbi N' Zambi

Fonte: Adaptado a partir de imagem do Google Maps

É inerente à natureza da religião do Candomblé, a solidariedade e o sistema cooperativo na sua dinâmica interna, seja ela comunidade ou espaço sagrado para encontros eventuais, o que é um elemento facilitador para se ter um desenvolvimento local, conforme pontuam Castilho et al. (2009).

Considerando os objetivos do Projeto RHOL, a promoção da geração de renda, cultivo e beneficiamento das plantas, a partir dos princípios da agroecologia, o mesmo será implementado por meio da criação de uma cooperativa de fomento do empreendedorismo solidário. Os participantes do projeto foram submetidos a oficinas para aquisição do conhecimento necessário para cuidar dos empreendimentos instalados dentro dos terreiros – viveiros, hortos e centro de beneficiamento – com o objetivo de garantir sua sustentabilidade.

Com o conhecimento adquirido nas oficinas de Educação Ambiental e Agroecologia, a dinâmica interna dos atores mudou, por exemplo, com a instalação de recipientes devidamente identificados para realização de coleta seletiva, na qual os resíduos orgânicos que antes eram descartados no ambiente, são destinados a realização de compostagem, para produção de adubos orgânicos, que serão utilizados no cultivo das plantas ou comercialização. Nos terreiros, há uma produção muito grande de óleo residual, que agora está sendo utilizado para a produção de sabão para uso interno, prática que será aprimorada para produção futura de sabonetes com essências das ervas aromáticas.

Com estas práticas, observou-se uma diminuição significativa na produção e descartes de resíduos na área externa do terreiro. Ainda não foi possível identificar sustentabilidade das práticas adotadas, passados nove meses de execução do Projeto RHOL, mas é possível afirmar que houve sensibilização e mudança de comportamento dos indivíduos que vivem no terreiro.

As metas iniciais preparatórias para instalação dos viveiros do projeto foram cumpridas, oficinas para desenvolver habilidades específicas nas áreas de Empreendedorismo Solidário, Educação Ambiental e Agroecologia. Os viveiros foram instalados e foi realizada a análise e correção dos solos, bem como a preparação para o cultivo. O projeto encontra-se na fase do cultivo de mudas, doadas pelo Programa de Pós-Graduação em Produção Vegetal da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC.

Nas dependências do terreiro escolhido, moram quatro famílias, três com quatro pessoas e uma com seis pessoas, perfazendo um total de dezoito beneficiários diretos, que absorveram os conhecimentos das oficinas e os multiplicam dentro e fora do terreiro de Candomblé. Doze pessoas foram capacitadas nas oficinas, que fomentou o fortalecimento do capital social, no que se refere a cooperação, confiança e reciprocidade. A sacerdotisa foi eleita para ser uma das conselheiras da Secretaria de Cultura do município de Lauro de Freitas.

As comunidades de terreiro, a proteção das suas práticas culturais, religiosas, sociais e econômicas no marco jurídico

É importante apresentar algumas políticas e/ou decretos criados para tratar, de alguma forma, da sustentabilidade das comunidades de terreiros, refletir sobre o papel do Estado e de que forma as políticas estabelecidas contribuem para a tão almejada sustentabilidade. Não se pretende aqui apontar as falhas do Governo enquanto promotor das políticas públicas, mas refletir de que forma os benefícios podem chegar para manutenção e garantia da sustentabilidade de terreiros de candomblé, sem deixar de apontar o grande paradoxo que é esta relação. Para Diegues (2003), o empobrecimento social e cultural é promovido pelo mesmo governo que promove a ideologia de desenvolvimento sustentável.

A Constituição Federal de 1988 foi um importante marco regulatório que tratou do ambiente ecologicamente equilibrado de uso comum do povo, quando assevera no seu art. 225 que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo". Neste texto, a Carta Magna delega ao povo e ao Poder Público a responsabilidade de defender o meio ambiente natural, para garantir sua sustentabilidade e, a partir dele, foram instituídos vários instrumentos legais normativos que estabelecem limites na relação sociedade e natureza.

No ano de 2007, foi instituída no Brasil, a Política Nacional de Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais, a partir do Decreto Lei Nº. 6.040, do Governo Federal, instrumento legal que garante às comunidades tradicionais alguns benefícios a fim de manter a reprodução da sua prática cultural, religiosa, social e econômica, conforme consta no texto:

> ".. grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição." (DECRETO FEDERAL Nº 6.040/2007).

As comunidades de terreiros de Candomblé inserem-se na Política Nacional de Sustentabilidade para Povos e Comunidades Tradicionais, por apresentarem formas próprias de organização social, por usarem os recursos naturais como condicionantes para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, com ocorrência em um determinado território, que pode ser na área rural ou urbana. E a referida política é um instrumento legal que confere às comunidades de terreiros de candomblé diretos a fim de manterem a reprodução das suas práticas culturais, religiosas, sociais e econômicas.

É importante salientar que, nessa política, a religião do candomblé é descrita como Povo de Terreiro, porém deve ser registrado no presente trabalho que, no Brasil, dependendo de fatores como localização e disposição espacial, o Povo de Terreiro pode ser encontrado com características de comunidade, onde existem várias famílias convivendo dentro do território religioso.

Para o presente trabalho, usa-se a definição de comunidades de terreiros por entender que a reprodução cultural identitária do grupo depende diretamente do espaço em que estão inseridos, com suas normas internas, hábitos e costumes que são reproduzidos diariamente.

No estado da Bahia, foi instituída, no ano de 2010, a Política Estadual para Sustentabilidade dos povos e comunidades tradicionais e, a partir da Lei N°. 12.212/6, a Coordenação de Políticas para as Comunidades Tradicionais - CPCT.

Em 2011 foi instituída a Comissão Estadual para a Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto Estadual nº13.247), com a finalidade de coordenar e elaborar a implementação da Política e do Plano Estadual de Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais no estado da Bahia. O artigo 6º do referido decreto considera povos e comunidades tradicionais: os povos indígenas, de terreiros e ciganos e as comunidades quilombolas, fundos e fechos de pastos, extrativistas, marisqueiras, pescadores e raizeiras (os).

Embora existam decretos, políticas federais e estaduais, já instituídos, ainda não há garantia de efetivação das suas atividades e ações. No âmbito da gestão, existe uma grande dificuldade da promoção do processo dialógico entre os conhecimentos tradicionais e conhecimentos científicos, a fim de executar e/ou elaborar projetos e planos para atender as necessidades dos povos e comunidades tradicionais, embora não se possa deixar de registrar que existe um tímido esforço por parte de alguns poucos gestores, para tentar mudar esta situação.

Ao analisar a experiência do Projeto RHOL, fica evidenciado o quanto são importantes as inciativas governamentais para o desenvolvimento local das comunidades de terreiros de Candomblé. A dialogicidade entre os conhecimentos tradicionais com os conhecimentos científicos é possível e relevante para a manutenção dos princípios religiosos norteadores das comunidades de terreiros de candomblé, Partindo desse pressuposto, os terreiros de Candomblé, na medida em que representam comunidades ambientalmente sustentáveis, na multidimensionalidade do que constitui o meio ambiente, se apresentam como possibilidades concretas localizadas para se desencadear um processo de desenvolvimento local sustentável.

Considerações finais

Os terreiros de candomblé, sejam eles comunidades ou apenas espaços para fins religiosos eventuais, apresentam uma relação íntima com a natureza: são topófilos, tendo os componentes ambientais como elementos indispensáveis para a manutenção das práticas religiosas. A sua identidade étnica está pautada nas comunidades tradicionais antigas do continente africano que contribuíram com a formação da população brasileira.

Embora existam decretos, políticas federais e estaduais, já instituídos, ainda não há garantia de efetivação das suas atividades e ações. No âmbito da gestão, existe uma grande dificuldade da promoção do processo dialógico entre os conhecimentos tradicionais e conhecimentos científicos, a fim de executar e/ou elaborar projetos e planos para atender as necessidades dos povos e comunidades tradicionais, embora não se possa deixar de registrar que existe um tímido esforço por parte de alguns poucos gestores, para tentar mudar esta situação.

Ao analisar a experiência do Projeto RHOL, fica evidenciado o quanto são importantes as inciativas governamentais para o

desenvolvimento local das comunidades de terreiros de Candomblé. A dialogicidade entre os conhecimentos tradicionais com os conhecimentos científicos é possível e relevante para a manutenção dos princípios religiosos norteadores das comunidades de terreiros de candomblé, desencadeando um processo de desenvolvimento local sustentável. Por exemplo, a manutenção do horto é realizada pelos multiplicadores dos terreiros habilitados nas oficinas, que contribuirá na autogestão. A formação do grupo de trabalho para a institucionalização da Cooperativa RHOL já é uma realidade. Paralelamente a isto, quatro membros do grupo passaram a integrar o Conselho de Cultura do município de Lauro de Freitas, sendo que um deles é o presidente do Conselho; uma Yalorixá[3] é coordenadora do grupo de mulheres do município de Lauro de Freitas, e há ainda um Tata de Inkisis[4], que é o coordenador Regional da Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileras e Saúde - RENAFRO.

Pode-se afirmar que as comunidades de terreiros de candomblé tem seus princípios religiosos pautados na relação com o meio ambiente natural e uma grande diversidade cultural, legado deixado pelos negros africanos – Ketu, Bantu, Jeje, Nago. Isto significa dizer que o grupo em questão tem um potencial cultural que pode e deve ser (perfeitamente) utilizado (no) para o etnodesenvolvimento.

Para tanto, as politicas públicas direcionadas a esta finalidade devem ser ampliadas e aplicadas mediante projetos e planos para o etnodesenvolvimento local das comunidades de terreiros de, sendo efetivos e contínuos. Tudo isto, para multiplicação, valorização e fortalecimento do capital social, que é a mola mestra do desenvolvimento, tendo como destaque o sistema cooperativo, a identidade.

Presume-se que a concretização do etnodesenvolvimento local será possível na medida em que os saberes tradicionais forem incorporados nos projetos e planos elaborados, para a promoção de políticas públicas que explicitem a valorização cultural identitária das comunidades e povos tradicionais, que apresentam peculiaridades e não devem ser tratados uniformemente.

Atualmente, o projeto RHOL encontra-se no estágio de produção de sabão a partir do reaproveitamento do azeite de dendê, utilizado nos eventos religiosos. Para cada litro de azeite, são produzidos 25 litros de sabão líquido. Todos os viveiros foram instalados, com horto matriz para propagação de mudas e leras para cultivo e coleta, perfazendo um total de 11 hortos. Ainda não se tem matéria prima para extração das essências das plantas, mas presume-se que em mais 40 dias seja possível fazê-lo, no centro de beneficiamento que se encontra em reforma.

Referências

Alexiades, M. N. 2009. *The Cultural and Economic Globalisation of Traditional Environmental Knowledge Systems. In.* Studies in environmental Anthropology and Ethnobiology - Landscap, process and power:re-evaluating traditional environmental kmowledge. Volume 10.

Bahia. 2001. **Relatório final de diagnóstico ambiental de APA Joanes-Ipitanga**. Salvador: Centro de Recursos Ambientais (CRA).

Bastide, R. 2001. **O Candomblé da Bahia: rito nag: tradução Maria Isaura Pereira de Queiroz**: revisão técnica Reginaldo Prandi – São Paulo: Companhia das Letras.

BRASIL. 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico.

BRASIL: Governo Federal. **Povos e Comunidades Tradicionais**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Disponível em http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/terras-ind%C3%ADgenas,-povos-e-comunidades-tradicionais. Acesso em: 10/09/2015.

Castilho, M. A. de. ; Arenhardt, M. M.; Bourlegat, C, Le. 2009. **Cultura e identidade: os desafios para o desenvolvimento local no assentamento Aroeira**, Chapadão do Sul, MS.

CONCEIÇÃO, S. S. 2008. O **processo de urbanização como imperativo da reestruturação espacial e litúrgica das religiões de matriz africana.** 138f.

DIEGUES, A. C. 2003. **Sociedades e comunidades sustentáveis**. São Paulo: USP/NUPAUB. Disponível em: <www.usp.br/nupaub/comsust1.pdf>. Acesso em: 01 /10/ 2014.

Fatumbi, P. V. 1995. **Ewé: O Uso das Plantas na Sociedade Ioruba**. São Paulo: Companhia das Letras.

Fukuyama, F. 2000. **Social Capital and Civil Society**. International Monetary Fund. In IMF Working Paper. Autorized for distribition by Mohsin S. Khan.

LIMA, V. C. Da. 1977. **A Família de Santo nos Candomblés Jeje-Nagôs da Bahia**, Bahia.

LITTLE, P. E. 2002. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. ***Tellus***, ano 2, n. 3, p. 33-52, out.

PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA. 2007. Decreto Federal Nº. 6.040/2007, institui a **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais** – PNDSCPT.

Portal Educação - **Desenvolvimento Econômico X desenvolvimento Sustentável. Disponível** em: http://www.portaleducacao.com.br/administracao/artigos/54934/desenvolvimento-economico-x-desenvolvimento-sustentavel#ixzz3lWS977fk. Acesso em: 09/09/2015.

Rodrigues, N. 2008. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Madras.

Sachs, I. 1993. **Estratégia de Transição para o Século XXI**. São Paulo: Nobel. Disponível em: http://www.rumosustentavel.com.br/as-dimensoes-da-sustentabilidade/ Acesso em: 09/09/2015.

Santos, M. S. A. de. 2014. **O que as folhas cantam: para quem cantam as folhas**. 272f, : il.

Tuan, Y. F. 1974. **Topophilia: A study of Environmental Perceptions, attitudes, and Values**, Columbia University Press.

3 Yalorixá é a sacerdotisa do terreiro de Candomblé com fundamentos da nação Ketu.

4 Tata de Inkissi é o sacerdote do terreiro de Candomblé pertencente a nação Bantu.